



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**REQUERIMENTO N.º 22, DE 2007**

Apresentado em: 15.10.2007

Aprovado em: 15.10.2007

Rejeitado em:

Wanilton José Borges

Presidente da Câmara

Municipal de Indianópolis -MG

Senhor Presidente,

O Município, em 10 de janeiro de 1949, doou ao Estado de Minas Gerais terreno urbano, com área de 2.500 m<sup>2</sup>. A escritura pública de transferência deste imóvel se acha registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Araguari-MG, matrícula n.º 11.571.

Essa doação foi autorizada pela Lei Municipal n.º 20, de 8 de agosto de 1948, sancionada e promulgada pelo Prefeito Municipal da época, senhor Antenor Rangel.

Conforme consta tanto da lei autorizativa quanto da escritura pública, a doação foi feita para fins de construção no local de casas para alojamento de policiais militares.

Pela descrição do local e das confrontações, o imóvel objeto de doação é o localizado na rua Getúlio Magalhães, no qual a Prefeitura construiu, em 1992, a Unidade Mista de Saúde Batista Naves.

Como se vê, o Estado de Minas Gerais não deu ao terreno o fim previsto na lei. Quem efetivamente se utilizou do imóvel foi o Município.

Todavia, não se tem conhecimento da existência de negociação entre o Município e o Estado visando à mudança de destinação do imóvel. Também não há informação quanto à reversão informal do imóvel para o patrimônio do Município.

Diante de todo exposto, o vereador que a este subscreve requer que, atendidas às formalidades regimentais, seja solicitado ao Prefeito Municipal o envio a esta Casa, no prazo legal, das seguintes informações:



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) O Estado, por meio do Comando da Polícia Militar, autorizou o Município a construir a Unidade Mista de Saúde no referido terreno?
- b) Na afirmativa, informar a existência de documento formalizando essa negociação.
- c) Também na afirmativa, esclarecer se o Município está providenciando a reversão desse imóvel para o patrimônio municipal.
- d) Na hipótese de inexistir essa negociação, como o Município pretende resolver essa questão com o Estado de Minas Gerais?

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2007.

  
WANILTON JOSÉ BORGES  
Vereador